



SENTIDOS URBANOS: UMA VISÃO PEDAGÓGICA PARA OURO PRETO – MG

Natália Rodrigues de Melo¹
Maria do Carmo Pires²
Universidade Federal de Ouro Preto

Resumo: Os estudos quanto a questão patrimonial vêm ganhando reforço e pesquisas ao longo dos anos, não só pela importância adquirida na mídia, mas por ser percebido como parte fundamental para o resgate de memórias e identidades. O presente estudo procura mostrar uma ação impetrada por essa necessidade, que oriunda de estudos fenomenológicos, utilizando de meios da percepção para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Ouro Preto, Minas Gerais. Com o título de “Ação Educativa do Iphan / FAOP / UFOP: Educação Patrimonial no projeto ‘Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania’”, procura-se fazer uma análise do projeto “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” perpassando pelos órgãos fomentadores, falando do método da Educação Patrimonial, bem como seus resultados até o presente momento.

Palavras-chave: Patrimônio; Preservação; Educação Patrimonial

1. INTRODUÇÃO

Para muitos, o patrimônio é referência de “coisas velhas”, para outros é legado cultural, alguns sempre se remontam a historicidade, enfim, várias são as significações ou relações, entretanto, um ponto é crucial: todos sabem da importância de sua preservação, quer seja pelo seu significado etimológico, quer pela grande veiculação deste fato.

O presente artigo vem apresentar o desenvolvimento de uma pesquisa que atenta para este fator, o patrimônio. Num primeiro momento, vem desvendar a sua chegada como parte

¹ Natália Rodrigues de Melo é discente do curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é voluntária do projeto de iniciação científica PIVIC “Ação Educativa do Iphan / FAOP / UFOP: Educação Patrimonial no projeto ‘Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania’” da Universidade Federal de Ouro Preto.

² Maria do Carmo Pires é doutora em história e professora adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto. É orientadora do projeto supracitado.

relevante na história, sua evolução no grau de entendimento e à medida que isso acontece, o quão forte aparece a questão de preservá-lo.

Em seguida, é apresentado o projeto do estudo de caso em questão. Este, chamado “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” nasce a partir de estudos fenomenológicos, depois o caso *in locu* num projeto de extensão, até culminar na proponência de três grandes órgãos, até o viés abordado na pesquisa de fato, gerando o então projeto “Ação Educativa do Iphan / FAOP / UFOP: Educação Patrimonial no projeto ‘Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania’”, no qual aborda-se aspectos metodológicos utilizados na Educação Patrimonial, implantado no Brasil na década de 80, no Museu Imperial de Petrópolis.

A importância do presente estudo está no fato de ser um estudo voltado para a questão patrimonial como função pedagógica, disseminadora de cultura e importante no papel de formação dos cidadãos.

Dessa forma, busca-se elucidar a importância dessa ação pedagógica como papel de preservação, utilizando do papel sensibilizador, bem como o papel da educação patrimonial, além de alguns resultados obtidos com a pesquisa.

O presente artigo procura aprofundar no estudo das ações educativas e educação patrimonial, para demonstrar que a idéia de preservação, ao invés de imposta, pode ser realizada de forma prazerosa. Para isso, intercalando estudos científicos e de caso, procurará fazer análises quanto aos aspectos sensibilizadores e motivadores reais, como a apropriação dos sentidos do corpo humano para recordar fatos e assim emocionar. Desta forma podendo culminar naquilo a que se propõe, a conscientização do acervo histórico material e imaterial.

2. A QUESTÃO PRESERVACIONISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A questão preservacionista vem ganhando muito destaque nos dias de hoje, principalmente nos meios de comunicação, entretanto as políticas de atuação que existem para esse fim quase nunca estão respaldadas por si sós, mas por uma conduta de mercado, assim como acontece com um outro assunto recorrente, a sustentabilidade, que não é nada menos, grosso modo, do que a “preservação para gerações futuras”. Esse assunto está cunhado no sistema neoliberalista que leva principalmente para a questão economicista – um dos pilares da sustentabilidade, ao lado da questão social e cultural – sendo um termo extremamente utópico nos dias de hoje, pois atende aos primados de um capitalismo imediatista. Definindo neoliberalismo, Amorim e Marcelino, afirmam que,

O neoliberalismo não é, de maneira alguma, um modelo de desenvolvimento. É uma nova ordem social marcada pelo restabelecimento da hegemonia da finança, isto é, frações superiores das classes capitalistas e instituições financeiras. É o resultado de uma luta de classes. Seu objetivo é assegurar o poder e a renda das classes capitalistas. Nisso ele obteve um grande sucesso. Seus métodos são: 1) novas formas de gestão das empresas voltadas para os acionistas; 2) políticas econômicas visando à estabilidade dos preços e taxas de juros reais elevadas; e 3) abertura das fronteiras comerciais (livre mercado) e financeiras (livre circulação de capitais) entre países de níveis de desenvolvimento muito desiguais. Uma consequência dessa abertura das fronteiras é colocar-se em concorrência trabalhadores do mundo inteiro, cujo objetivo é rebaixar os salários e os direitos trabalhistas (2007, pp 185-186).

No entanto, o presente artigo não pretende se ater neste assunto, mas sim a questão da preservação e suas políticas para o fim em si mesmo, fazendo um estudo sobre o preservacionismo cultural, sendo mais especificamente do patrimônio e os métodos pedagógicos para o cuidado com este.

Antes desta análise, vamos fazer uma breve linha do tempo de quando surgiram os primeiros estudos com o patrimônio histórico e cultural e as questões que respaldam a questão de sua guarda.

De acordo com Camargo (2002), a preservação do patrimônio, referenciando historicamente, é fruto de uma consciência da Revolução Francesa, que, marcada por profundas turbulências, cria um modelo preservacionista pautado em uma política do Estado, que embora tenha surgido nesse momento, só se concretizará anos depois com a queda da Bastilha.

Assim sendo, em 1837, sessenta anos após a queda da Bastilha, é instituída na França, a primeira “Comissão dos Monumentos Históricos”. Esse órgão é quem vai iniciar as categorizações de monumentos históricos:

[...] as três grandes categorias de monumentos históricos eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e rurais todas as categorias de edifícios, públicos e privados, suntuários e utilitários foram anexados, sob novas denominações: arquitetura *menor*, termo proveniente da Itália para designar as construções privadas, não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura *vernacular*, termo inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura *industrial* das usinas, das estações, dos altos-fornos, de início reconhecida pelos ingleses. Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra ‘a lista’ do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco” (CHOAY, 2001, p. 13).

Essa definição, entretanto, limitava as pesquisas somente aos bens arquitetônicos, arrastando-se até a década de 1960, quando começam a ampliar o sentido do patrimônio histórico, que passariam a ganhar novas conotações e importâncias.

No ano de 1931, foi realizado o quarto Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o CIAM³, na cidade de Atenas.

O tema do congresso era a “cidade funcional”, que propunha uma “nova maneira de viver” com base em uma ocupação nacional do solo urbano. Os princípios adotados naquele congresso foram reunidos em um documento denominado Carta de Atenas, cuja meta era propor “... uma cidade que funcionasse adequadamente para o conjunto de sua população, distribuindo entre todas as possibilidades de bem-estar decorrentes dos avanços técnicos” (SILVA, 1996, p. 52).

A “cidade funcional” abarca as quatro necessidades humanas básicas, como habitação, lazer, trabalho e circulação, mas que por sugestão da delegação italiana, foi introduzida uma seção exclusiva para o tema “patrimônio histórico” das cidades (SILVA, 1996). A Carta de Atenas foi um ponto crucial no que se refere à proteção dos bens culturais.

Logo em seguida, foi realizado, em 1964 o II Congresso Internacional de Arquitetos de Técnicos de Monumentos Históricos, na cidade de Veneza, onde, na ocasião, assinou-se a Carta de Veneza.

A Carta de Veneza nasceu em razão da crescente preocupação com a deterioração dos monumentos históricos, sobretudo daqueles destruídos durante a Segunda Guerra Mundial. Ela retomou a preocupação da Carta de Atenas em relação à proteção do patrimônio histórico. Murilo Marx observa que ela ampliou e aprofundou os fundamentos da proteção ao conceituar a “conservação, a restauração e a documentação”. A Carta de Veneza foi concebida para tratar exclusivamente da proteção de monumentos (SILVA, 1996, p. 53).

Desmembrando o patrimônio histórico e cultural, podemos entendê-lo atualmente subdividido como material e imaterial, que de acordo com Meneses (2004), se diferenciam em construções físicas do homem para atender suas necessidades, no primeiro caso, daquelas construções mentais e valores culturais na forma de signos e significados diversos, no sentido imaterial. Entretanto, segundo o autor, essa dicotomia,

³ O Primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna aconteceu no ano de 1928, sob a liderança de Le Corbusier, “um dos maiores expoentes do Modernismo na arquitetura”. O objetivo era “reunir e sistematizar” as várias pesquisas que estavam sendo realizadas por arquitetos em seus respectivos países, onde os pontos de conversão eram temas de exposições internacionais (SILVA, 1996)

...é falsa e não se sustenta nem didaticamente, posto que a inteligibilidade de uma manifestação cultural só tem sentido se percebida em conjunto. O universo material media sentidos, valores e significados. Separá-los em sua compreensão, buscando uma compartimentação irreal da vida, seria destruir a possibilidade de apreensão da construção de uma cultura. (MENESES, 2004, p.24)

Por isso, segundo Barreto (2000), este tema é mais amplo, com maiores definições, e, a fim de conseguir abarcar todos esses sentidos, definiu-se a denominação “legado cultural”, que é a que melhor se encaixa e procura ir além do que se hoje entende por patrimônio.

Em contrapartida, Camargo (2006), diz que o termo “patrimônio cultural” é mais abrangente se a noção de cultura estiver inerente ao campo da antropologia. Segundo o autor, o termo traduz muito mais do que passado, mas um devir, um estado permanente que produz situações e coisas também históricas no presente, onde são produzidas sociedades humanas num determinado espaço de tempo. Logo, patrimônio não é algo fixo no passado, mas uma noção de potencialidades, que são prováveis de realizações enquanto bens patrimoniais.

Segundo Barreto (2000), no ano de 1972, aconteceu a Convenção Relativa do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, empreendida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco. Na ocasião definiu-se patrimônio cultural como: monumentos, ou seja, todos os bens que envolvam obras da arquitetura, escultura e pintura monumentais, além de combinações que tenham relevância universal para a história, a arte ou as ciências; conjunto de edificações, todas aquelas edificações juntas ou separadas, que pela arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam importantes universalmente para a história, a arte e as ciências; sítios, sendo as obras realizadas pelo homem ou pela natureza juntamente com o homem, incluindo sítios arqueológicos de relevância universal para a história, a estética, a etnologia e a antropologia.

Uma das advertências da convenção de 1972 foi estar o patrimônio cultural cada vez mais ameaçado de destruição, tanto pela deterioração normal, decorrente de fatores naturais, como por mudanças nas condições econômicas e sociais, que agravam a situação, e dentre as quais estaria o turismo. Os fatores provenientes da natureza que podem estragar um bem são as enchentes, a erosão, as inclemências do tempo em geral. Entre os outros fatores, estão à respiração humana ou animal, os excrementos, as emanções provenientes dos escapamentos dos automóveis ou das chaminés de fábricas, a falta de reparações ou reparações malfeitas, e o vandalismo. (BARRETTO, 2000, p. 13).

Ademais, nessa Convenção, procurou-se explicar a importância dos bens imóveis, que começa a ganhar destaque a partir das décadas de 1950 e 1960, quando a Unesco iniciou um trabalho de proteção de livros, obras de artes, além dos monumentos para interesse

histórico ou científico para aquelas nações que tinham interesse nas convenções para este fim (SILVA, 1996).

No curso do período, o patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, senão devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas. (...) Na França, desde 1983, as Jornadas do Patrimônio atraíram cada vez mais visitantes aos imóveis ditos do Patrimônio: mais de onze milhões em setembro de 2002. Estes resultados, devidamente estabelecidos e proclamados a cada ano pela mídia, são como um recorde a bater no ano seguinte. As Jornadas do Patrimônio têm se disseminado por todo o mundo e fala-se hoje, sobretudo através das iniciativas e das convenções da UNESCO, de universalização do patrimônio, enquanto que, a cada ano, se alonga a lista dos sítios do patrimônio universal da humanidade. Uma Escola Nacional do Patrimônio, encarregada de formar os futuros conservadores, funciona desde 1991, em Paris. Existe, desde 1996, uma Fundação do Patrimônio. Inspirada, em suas expectativas pelo menos, no *National Trust* britânico, ela se mostrou muito discreta, na verdade. Enfim, *Entretiens du Patrimoine* (Discussões sobre o Patrimônio) são organizadas desde 1984 pela Direção do patrimônio no Ministério da Cultura. Discute-se tudo o que toca o patrimônio, inclusive, ultimamente, os seus "abusos". (HARTOG, 2006, p. 262).

Pode-se dizer então, que a relevância do patrimônio histórico e cultural está cunhada na constante presença desse termo no cotidiano das pessoas, levando a reflexões que, além da memória, da história e da identidade, é possível refletir sobre formação, delineamento de pensamentos e fatos que corroboram com princípios que regem a sociedade.

No Brasil, esse termo passa ter importância a partir do século XX. Assim como na França, ele surge como Patrimônio Histórico Nacional. Neste momento, houve uma maior transformação na consciência brasileira, quando se proibiu a escravidão, no século XIX, e se iniciou a industrialização mesmo com a desigualdade brasileira, que ainda marginalizava os ex-escravizados em favelas. Por isso, houve uma intensa modificação nos centros urbanos modificando a ocupação das cidades, de forma, muitas vezes desordenadas, tornando obsoletas edificações, mobiliários e equipamentos urbanos. De forma gradual, o campo também passou por transformações (CAMARGO, 2006).

Por esse fator, várias edificações centenárias, começam a ser visadas, frente o crescimento que vinha acontecendo com a evolução da sociedade.

É justamente o processo acima mencionado que irá gerar aquilo que chamamos hoje de "centros históricos", os núcleos que por diversas razões são preservados da destruição e permanecem íntegros, ou parcialmente íntegros, com o seu traçado urbano e suas edificações originais. Seria impensável que os homens das sociedades pré-industriais tivessem tal conceito, de algum núcleo particular, das cidades nas quais habitavam. Da mesma forma, aquilo que hoje chamamos "cidades-históricas" é um termo habitualmente dirigido aos centros urbanos que permaneceram à margem da industrialização ou tiveram seu ritmo de crescimento tão notavelmente reduzido que parecem ter-se congelado num determinado tempo. Na maior parte das vezes, apenas parece e, embora os traços de vitalidade sejam pouco visíveis, seria impossível acreditá-los ausentes (CAMARGO, 2006, s.p.).

A fim de descobrirem a identidade e as raízes do país, os modernistas viajaram pelo Brasil e em Minas Gerais, especificamente nas cidades antigas, encontraram o que simbolizaria, conforme relatos, o que definiria a imagem do Brasil: monumentos e núcleos urbanos coloniais, que embora abandonados, preservavam a integridade original, além de repassar a história e transmitir as tradições (VILLASCHI, 2008)

A proteção do patrimônio cultural compete ao Estado sua salvaguarda. Pautado nisso a Constituição de 1988, inovou com relação as Constituições anteriores no que tange a preservação do patrimônio histórico e cultural. “Os meios de proteção são tratados pela primeira vez em nível constitucional: inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, e outras formas de acautelamento e preservação” (SILVA, 1996, p. 121).

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, explicita como patrimônio cultural brasileiro,

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, antropológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO DE 1988)⁴.

No processo de preservação, é importante mencionar a criação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, no governo Vargas (década de 1930) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, IEPHA no governo Médici e Rondon Pacheco (1971).

A cidade de Ouro Preto foi o grande ícone de preservação e de demonstração das raízes brasileiras. Casarios antigos, igrejas barrocas, eram considerados “signos” de um país que possuía uma originalidade, mas que foi esquecido, exemplar de vitalidade e originalidade da cultura (VILLASCHI *apud* GONÇALVES, 2008⁵).

⁴ A Constituição de 1988, referente a Seção II, da cultura.

⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

3. O PROJETO DE PESQUISA “AÇÃO EDUCATIVA DO IPHAN / FAOP / UFOP: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO PROJETO ‘SENTIDOS URBANOS: PATRIMÔNIO E CIDADANIA’”

Baseando nos estudos da fenomenologia⁶, mais especificamente nos estudos de Merleau-Ponty, nasce o projeto “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania”, cujo intento é mostrar aos moradores de Ouro Preto a cidade com uma nova ótica, usando do método da percepção para isso.

O projeto consiste em uma ação educativa que utiliza da sensibilização como fator mantenedor do patrimônio, de forma a usufruir dos sentidos do corpo humano – tato, olfato, paladar, visão e audição – para atingir, no ser humano, aquilo que está relacionado à emoção e remonta a histórias e momentos que fizeram e ainda fazem parte de sua vida.

O projeto é uma parceria entre a Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, via departamento de Turismo, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN e da Fundação de Arte de Ouro Preto, FAOP. Este surge pela necessidade detectada pelo projeto de extensão INTEVIR, do próprio departamento de Turismo da UFOP, onde os moradores da cidade de Ouro Preto, quer sejam eles naturais ou moradores temporários, não conheciam sua cidade, bem como seu papel perante a importância na historicidade do Brasil, haja visto o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela Unesco.

Buscando o aperfeiçoamento dessa ação educativa, foi proposto outro viés, sendo a Educação Patrimonial, cuja metodologia perpassa pelas questões educacionais, cultural, histórico e turístico, sempre presentes no município.

Logo, o projeto “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” culminou num outro projeto, a “Ação Educativa do Iphan / FAOP / UFOP: Educação Patrimonial no projeto ‘Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania’” que é um projeto de pesquisa que busca levantar essas questões metodológicas e como elas estão intimamente ligadas à ação educativa impetrada pelos parceiros.

Seguindo a linha de uma das precursoras do método no Brasil, HORTA et al, (1999), torna-se possível fazer uma análise de como a Educação Patrimonial vem a ser o meio pelo qual é possível intentar para a população que a preservação é comum a todos.

De acordo com HORTA et al, a Educação Patrimonial,

⁶ A Fenomenologia Pontyana preza pelo sensorial e afetivo em contrapartida do imediatismo, ou seja, ao perceber que o ser humano é mais instigado por aquilo que responde mais rápido, logo, efêmero e passa despercebido por detalhes que serão fundamentais para o entendimento do ser, este método vem mostrar que este ente só perceberá verdadeiramente a sua essência, primado fenomenológico, quando usar da percepção para entendê-lo de fato.

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (1999, p.6).

As etapas metodológicas utilizadas por esse método são:

Tabela 1
Etapas Metodológicas

Etapas	Recurso/Atividades	Objetivos
1) Observação	Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, anotações, comparação, dedução, jogos de detetive...	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do objeto/função/significado; • Desenvolvimento da percepção visual e simbólica.
2) Registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) Exploração	Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados
4) Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Horta et al, 1999

Entretanto, essa metodologia ainda não foi aplicada, ao passo que a iniciação científica a utilizará somente na terceira etapa, quando da elaboração do estudo de caso propriamente dito.

Além desse método, outras aplicações foram necessárias para o desenvolvimento, assim como um questionário quantitativo, com perguntas objetivas (tanto fechadas quanto abertas) com pessoas que realizaram os roteiros sensoriais. Outras três entrevistas foram

realizadas, sendo as pessoas entrevistadas: Evelina Grunberg⁷; Professora Doutora Glória Maria Ferreira Ribeiro⁸ e a historiadora do Iphan Simone Fernandes⁹.

Para alcançar os objetivos desse projeto, foi necessário primeiramente uma pesquisa bibliográfica sobre a significação do patrimônio histórico cultural e como se trata de uma ação educativa, uma análise bibliográfica relacionada a fim de demonstrar como essa desenvoltura pode permitir um maior aprofundamento e absorção no que tange ao patrimônio e suas interfaces.

Vale reforçar que o projeto “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania” é uma iniciativa que objetiva sensibilizar, através de iniciativas pedagógicas, pessoas que moram na cidade, quer sejam eles naturais ou vindos de outras cidades, mas atualmente residindo no município, porém, tendo em vista que o patrimônio de Ouro Preto hoje em dia é explorado como parte da oferta turística da cidade, vale salientar que essa atividade é geradora de renda e para muitas pessoas, meios de sobrevivência. Ademais, Ouro Preto, por ser sede da Universidade Federal de Ouro Preto, abriga muitos estudantes oriundos de outros locais, mas que utilizam de suas dependências para residência, lazer, e outros.

A importância do presente projeto, é que sua abrangência não compete somente à preservação, mas, que além desse quesito, a Educação Patrimonial possa ser uma condicionante para a continuidade da harmonia dos atores do turismo, dos estudantes, da comunidade local, e acima de tudo, no envolvimento de todos que vivem e usufruem de alguma forma Ouro Preto.

Assim sendo, é nosso objetivo compreender se o projeto Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania desperta a sensibilização para a preservação do patrimônio histórico e cultural nos moradores de ouro preto, bem como seu reflexo no cotidiano de cada pessoa, via resultados da pesquisa do projeto “Ação Educativa do Iphan / FAOP / UFOP: Educação Patrimonial no projeto ‘Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania’”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ Evelina Grunberg é uma das precursoras na implantação do método de Educação Patrimonial no Brasil. Em parceria com Maria de Lourdes Parreiras Horta, escreveu livros e na década de 80 instituíram a metodologia no Museu Imperial de Petrópolis

⁸ A professora Doutora Glória Maria Ferreira Ribeiro é professora adjunta do Departamento de Filosofias e Métodos da Universidade Federal de São João del-Rei, além de ser tutora do PET, do curso citado. Em 2003 criou um projeto intitulado “Tempo e Memória na Obra de Arte”, cujo intento focava em criar um novo olhar nos moradores de São João del-Rei, através de itinerários que buscavam desvendar uma cidade incomum. Mais detalhes sobre o projeto, ler xxxx

⁹ Simone Fernandes é historiadora do Iphan Ouro Preto e juntamente com o professor Juca Villaschi da UFOP e Sandra Fosque da FAOP, é uma das proponentes do projeto “Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania”.

Pelas pesquisas realizadas, foi possível detectar que é muito latente a questão de não pertencimento do patrimônio nas pessoas, mas estas acreditam que ações educacionais são de extrema relevância para que se possa incorporar o sentido preservacionista e propagador de memórias e identidades inerentes da questão patrimonial.

A partir dos questionários respondidos no período de 24 de setembro a 15 de dezembro de 2009, totalizando 34 questionários aplicados (para 35 percepções, pois em somente um questionário, uma pessoa respondeu para dois roteiros que realizou) em 16 roteiros sensoriais, foi possível detectar, por meio de perguntas objetivas, além do gênero, cidade, dentre outras questões pontuais, que a maioria das pessoas que realizaram os roteiros, afirmaram que o projeto é uma atividade que sensibiliza as pessoas no que tange a preservação ao passo que instiga as descobertas e valores, nunca antes percebidos.

Além disso, nas entrevistas concedidas, embora com pessoas de áreas distintas, todas concordam que, ações educativas são assertivas para que se inicie uma postura de maior cuidado, ao passo que leva os envolvidos a assimilarem aquilo que se propõe e estes sejam imbuídos do sentimento de pertencimento, logo, cuidem daquilo que é seu.

Dessa forma, mesmo ainda carente de iniciativas deste cunho, bem como recursos para tal, a atividade pedagógica que atenta para as questões instigadoras da importância para a preservação continua sendo o passo mais certo neste objetivo, que além de resguardar, serve como base para que os vários conflitos cotidianos possam ser mais amenos na sociedade onde está inserido.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula. Entrevista com Gérard Duménil: Neoliberalismo e dominação de classe: uma análise marxista do capitalismo contemporâneo. São Paulo: PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007 (Publicação Revista Lutas Sociais (PUC-SP)).

BARRETO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas: Papirus, 2000.

BENFICA, Gregório. *Sustentabilidade e educação*. Seara (Salvador), v. 3, p. 8, 2008. Disponível em <http://www.seara.uneb.br/sumarioprofessoresgregoriobenfica.pdf>. Acesso em 1º de dezembro de 2009.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.

_____. *Patrimônio e Turismo, uma longa relação: história, discurso e práticas*. Revista Eletrônica: Patrimônio, Lazer e Turismo. Unisantos, 2006

CHOAY, Façoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp/Estação Liberdade, 2001

CONSTITUIÇÃO DE 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 de novembro de 2009.

DIAS, Reinaldo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996

VILLASCHI, Juca. *Órgão de Preservação do Patrimônio*. 2008, 4 páginas. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto (mimeografado).

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 7º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. In: *Varia História*. Vol.22, nº. 36. Belo Horizonte. Dezembro, 2006. P.261-273.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IGNARRA, Luís Renato. *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MATTOZZI, Ivo. *Currículo de História e educação para o patrimônio*. *Educação em Revista*. 2008, n.47, pp. 135-155.

MENESES, José Newton C. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOESCH, Marutschka. *A Produção do Saber Turístico*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2002

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*, nº 10, dez/93.

SILVA, Fernando F. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Edusp, 1996.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. *A importância da educação para o turismo*. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P.C. (Orgs). *Turismo teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. Pp. 243-255.

VILLASCHI, Juca. *Órgão de Preservação do Patrimônio*. 2008, 4 páginas. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto (mimeografado)